



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0010559-16.2013.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Romildo Silva de Brito**
Requerido: **Valor Consultoria Imobiliaria Ltda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor se volta contra sua inserção perante órgãos de proteção ao crédito levada a cabo pela primeira ré.

Alegou que alugou imóvel através da segunda ré e que recebeu fatura pelo consumo de energia elétrica relativa a período anterior ao início da locação, encaminhando-a à mesma para as devidas providências.

Salientou que posteriormente veio a saber que estava negativado em decorrência do não pagamento dessa fatura, a qual quitou para evitar maiores transtornos.

Almeja à restituição do valor que despendeu e ao recebimento de indenização para reparação dos danos morais que suportou.

A preliminar de ilegitimidade passiva ad causam suscitada pela segunda ré encerra matéria de mérito e como tal será apreciada.

Os documentos de fls. 03/04 respaldam as alegações do autor.

Atinam a fatura pelo consumo de energia elétrica do mês de novembro de 2012, cuja leitura foi feita entre os dias 18 de outubro e 19 de novembro.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

O imóvel pertinente foi alugado pelo autor a partir de 30 de novembro de 2012 (fl. 05), transparecendo certo que a responsabilidade pelo pagamento em apreço não era dele, ao contrário do sustentado pela primeira ré.

Na verdade, a obrigação versada não é de natureza propter rem, mas toca exclusivamente ao usuário do serviço, consoante preconiza a pacífica jurisprudência do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

*“O fornecimento de energia elétrica não tem relação direta com o bem, mas com o usuário, sendo daquele que efetivamente usufruiu do serviço a responsabilidade pelo pagamento da tarifa referente ao serviço prestado. Com esse mesmo entendimento: julgamento pela 30ª Câmara de Direito Privado deste E. Tribunal de Justiça da apelação cível com revisão, registrada sob o nº 992.08.073.289-4, voto de relatoria do Des. Orlando Pistoressi” (Apelação nº 0001825- 37.2009.8.26.0301, 33ª Câmara de Direito Privado Rel. Des. **SÁ MOREIRA DE OLIVEIRA**, j. 04/06/2012).*

*“Prestação de serviços - Energia - Não constitui obrigação propter rem a de pagar tarifa de serviços à concessionária de energia elétrica, tanto quanto a de água e esgoto. Daí que a responsabilidade por eventual débito, porque decorrente de período anterior à aquisição do imóvel, não é da atual proprietária - Tratando-se de dívida, real ou suposta, relativa a período pretérito e definido, não atual, não se admite o corte do serviço essencial de energia elétrica” (Apelação nº 992051378522 (912919000), 28ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **SILVIA ROCHA GOUVÊA**, j.22/09/2009).*

*“Cobrança - Prestação de serviços de água e esgoto. Débito que não tem caráter propter rem, tratando-se de obrigação pessoal. Ausência de solidariedade entre o locador e o locatário. Ação julgada procedente. Decisão mantida. Recurso não provido.” (Apelação nº 9175333-6.2007.8.26.0000, 17ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. **PAULO PASTORE FILHO**, j. 31.01.2 012).*

Essa orientação aplica-se com justeza à espécie vertente, firmando a conclusão de que o débito trazido à colação não é de atribuição do autor.

Assentada essa premissa, reconhece-se o direito à restituição dos valores pagos para a quitação dessa fatura, com a ressalva de que o autor não fez prova do pagamento de importância para a obtenção do documento de fl. 03.

Outrossim, é certo que as rés são solidárias para a efetivação do pagamento.

Nesse sentido, a segunda ré promoveu a inserção indevida do autor e recebeu dele o montante que não lhe era pertinente.

Já a segunda ré admitiu que prestou a informação de que o autor assumiria os débitos em aberto pelo uso de energia elétrica no imóvel (fls. 80/81) sem que houvesse suporte mínimo a isso.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Deverá em consequência responder também pelo pagamento ao autor.

Solução diversa apresenta-se ao pedido para recebimento da indenização para ressarcimento dos danos morais.

Não obstante seja certo que a indevida negação por si só rende ensejo a isso, os documentos de fls. 75/76 e 77/78 demonstram que o autor ostenta várias outras negativas diversas da presente e que não foram impugnadas.

Tal circunstância inviabiliza o pedido a esse título na esteira de reiteradas manifestações do Colendo Superior Tribunal de Justiça:

“Agravamento Regimental no Recurso Especial. Inscrição em Cadastro de Proteção ao Crédito. Dano Moral não configurado. Devedor Contumaz. 1. Incabível o pagamento de indenização a título de dano moral quando já houver inscrição do nome do devedor em cadastro de proteção ao crédito. 2. Agravo desprovido.” (AgRg no REsp. 1046681/RS, rel. Min. **JOÃO OTÁVIO NORONHA**, 4ª Turma, j. 09/12/2008).

“Consumidor. Inscrição em Cadastro de Inadimplentes. Dano moral inexistente se o devedor já tem outras anotações regulares, como mau pagador. 1. Quem já é registrado como mau pagador não pode se sentir moralmente ofendido por mais de uma inscrição do nome como inadimplente em cadastros de proteção ao crédito; dano moral haverá se comprovado que as anotações anteriores foram realizadas sem prévia notificação do interessado. 2. Recurso especial não conhecido.” (REsp 1002985/RS, rel. Min. **ARI PARGENDLER**, 2ª Turma, j. 27/08/2008).

A Súmula nº 385 do Colendo Superior Tribunal de Justiça assentou esse entendimento ao dispor que *“da anotação irregular em cadastro de proteção ao crédito não cabe indenização por dano moral, quando preexistente legítima inscrição, ressalvado o direito ao cancelamento”*.

Não se vislumbra, portanto, que o autor tivesse sofrido danos morais passíveis de ressarcimento.

Isto posto, **PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar as rés a pagarem ao autor a quantia de R\$ 17,91, acrescida de correção monetária, a partir de junho de 2013 (data do pagamento de fl. 03), e juros de mora, contados da citação.

Caso as rés não efetuem o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 06 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**